



Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Pág.

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente	4
Balanços patrimoniais - Ativo	9
Balanços patrimoniais - Passivo e patrimônio líquido	10
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	11
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	13
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	14
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	15
Nota 1 - Contexto operacional	16
Nota 2 - Base de elaboração e apresentação	16
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis	17
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa	19
Nota 5 - Contas a receber de clientes	19
Nota 6 - Estoques	19
Nota 7 - Impostos a recuperar	20
Nota 8 - Imposto de renda e contribuição social diferido	20
Nota 9 - Transações com partes relacionadas	22
Nota 10 - Imobilizado	22
Nota 11 - Arrendamentos	23
Nota 12 - Fornecedores	24
Nota 13 - Empréstimos e financiamentos	25
Nota 14 - Imposto de renda e contribuição social a pagar e obrigações fiscais	26
Nota 15 - Obrigações trabalhistas e sociais	26
Nota 16 - Provisão para riscos processuais	26
Nota 17 - Patrimônio líquido	27
Nota 18 - Receita líquida	28
Nota 19 - Resultado financeiro líquido	28
Nota 20 - Lucro por ação	28
Nota 21 - Custos e despesas por natureza	29
Nota 22 - Segmentos operacionais	29
Nota 23 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos	30
Nota 24 - Aprovação das demonstrações contábeis	34

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
CNPJ : 95.426.862/0001-97
Código CVM: 1570

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia conclui o ano de 2022, mesmo em um contexto desafiador, realizando investimentos estratégicos e demonstrando agilidade para aproveitar as oportunidades do mercado, com resiliência e disciplina na execução. Continuamos cuidando das nossas pessoas, fortalecendo nossa cultura e crescendo na gestão da nossa marca. Fechamos o exercício com a certeza que estamos no caminho certo. Atingimos resultados superiores, comparado ao mesmo período do ano anterior. Apesar da redução de 6% no volume, conseguimos repassar 17% em preço. Essa estratégia sustentou um aumento da receita líquida de 10%.

Resultado	2022	2021
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	192.037	175.281
Vendas (tons)	19.445	20.786
Preço médio	9,88	8,43
Lucro (prejuízo) líquido (R\$ mil)	(1.420)	6.992
(-) Resultado financeiro líquido	39	(1.663)
(-) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	9.374	(3.045)
(-) Depreciação e amortização	5.052	4.820
(=) Ebitda (R\$ mil)¹	13.045	7.104
Margem líquida (Lucro líquido sobre ROL)	(0,7)%	4%
Margem Ebitda (Ebitda sobre ROL)	6,8%	4,1%

O mercado *spot* de matérias-primas oscilou bastante no último trimestre, porém conseguimos nos manter competitivos em nossas negociações. Tanto em aves quanto em suínos, conseguimos ampliar a quantidade de fornecedores. Com todas estas alavancas estabelecidas, o EBITDA acelerou 83,6%. O lucro líquido teve resultado negativo devido ao ajuste no ativo diferido de prejuízos fiscais e base negativa por não haver projeções futuras de lucro suficientes para compensação de tais perdas.

Na área comercial, retomamos negociações importantes com grandes *players* e crescemos nos indicadores de produtividade atingindo assim recorde nas linhas de fatiados e salsichas. Ainda, conseguimos avançar na categoria premium e lançamos nosso primeiro item 100% vegetal.

Na área Industrial, com as melhorias finalizadas, seguimos capturando ganhos de eficiência em todas as linhas. Com isso, conseguimos atingir nosso budget de gasto por tonelada produzida.

Por fim, gostaria de agradecer a todos colaboradores pelo grande ano de recuperação que tivemos e o compromisso com nosso propósito de crescimento sustentável de resultados.

Santa Cruz do Sul, 22 de março de 2023.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente - Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Administrativo e Financeiro - Flavio Gomes Malnarcic
Diretor de Relações com Investidores - Guilherme Perboyre Cavalcanti

¹ O EBITDA é definido como lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Excelsior Alimentos S.A.
Santa Cruz do Sul – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Excelsior Alimentos S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Excelsior Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Veja as Notas explicativas nº 2.1a e 8 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras valores relacionados a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.</p> <p>Os ativos relacionados aos referidos créditos tributários devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social possam ser compensados.</p> <p>As estimativas de lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico preparado pela Administração da Companhia e envolve julgamento na definição da metodologia e determinação de certas premissas que são afetadas por estratégias corporativas e pelo cenário macroeconômico, tais como: volume de venda, percentuais de crescimento, taxa de rentabilidade dos negócios, taxa de inflação e taxa de juros.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas na definição da metodologia e premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras, e ao impacto que eventual alteração das premissas e metodologia utilizados poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none">(i) se o estudo técnico preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas;(ii) se as premissas utilizadas tais como, volumes de venda, percentuais de crescimento, taxa de rentabilidade dos negócios, no estudo técnico são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia;(iii) se os dados base, incluindo as premissas macroeconômicas tais como, taxa de inflação e taxa de juros, utilizadas no estudo técnico, são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis;(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados.- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.- Avaliação sobre a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos ativos incluídas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 18 de fevereiro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

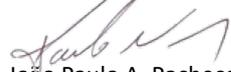
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



João Paulo A. Pacheco Neves
Contador CRC 1SP222303/O-4

Excelsior Alimentos S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	31.12.22	31.12.21
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.544	10.909
Contas a receber de clientes	5	22.723	20.162
Estoques	6	16.454	15.435
Impostos a recuperar	7	10.457	379
Outros ativos circulantes		537	383
TOTAL DO CIRCULANTE		63.715	47.268
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	7	132	18.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	210	8.078
Depósitos e cauções		112	146
Outros ativos não circulantes		28	28
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		482	27.102
Imobilizado	10	86.845	85.850
Direito de uso de arrendamento	11.1	890	1.487
Intangível		39	46
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		88.256	114.485
TOTAL DO ATIVO		151.971	161.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Excelsior Alimentos S.A.

**Balancos patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	31.12.22	31.12.21
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	12	28.462	36.582
Fornecedores risco sacado	12	1.634	7.867
Empréstimos e financiamentos	13	4.176	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	152	-
Obrigações fiscais	14	1.569	4.783
Obrigações trabalhistas e sociais	15	6.875	4.537
Dividendos a pagar		6.049	2.102
Arrendamentos a pagar	11.2	817	1.274
Outros passivos circulantes		2.895	2.804
TOTAL DO CIRCULANTE		52.629	59.949
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	13	5.833	-
Obrigações fiscais	14	546	1.100
Obrigações trabalhistas e sociais	15	1.111	1.007
Arrendamentos a pagar	11.2	104	286
Provisão para riscos processuais	16	340	581
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.934	2.974
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	17	44.471	44.471
Reserva legal		5.170	5.170
Reserva de incentivos fiscais		-	24.010
Reserva estatutária		41.767	25.179
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		91.408	98.830
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		151.971	161.753

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	18	192.037	175.281
Custo dos produtos vendidos	21	<u>(149.221)</u>	<u>(142.053)</u>
LUCRO BRUTO		42.816	33.228
Administrativas e gerais	21	(3.587)	(5.358)
Com vendas	21	(31.413)	(27.328)
Outras receitas		<u>177</u>	<u>1.742</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		(34.823)	(30.944)
LUCRO OPERACIONAL		<u>7.993</u>	<u>2.284</u>
Receita financeira	19	4.623	3.025
Despesa financeira	19	<u>(4.662)</u>	<u>(1.362)</u>
		(39)	1.663
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>7.954</u>	<u>3.947</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(1.506)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	<u>(7.868)</u>	<u>3.045</u>
		(9.374)	3.045
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO		<u>(1.420)</u>	<u>6.992</u>
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações ON no final do exercício	20	(0,2601)	1,2807
(Prejuízo) lucro básico e diluído por lote de mil ações PN no final do exercício	20	(0,2861)	1,4088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
(Prejuízo) lucro líquido	<u>(1.420)</u>	<u>6.992</u>
Total do resultado abrangente	<u>(1.420)</u>	<u>6.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Excelsior Alimentos S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			(Prejuízos) lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva estatutária		
31 DE DEZEMBRO DE 2020	30.000	14.471	17.368	4.820	25.179	-	91.838
Lucro líquido	-	-	-	-	-	6.992	6.992
Constituição de reserva de capital	14.471	(14.471)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	350	-	(350)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	6.642	-	-	(6.642)	-
31 DE DEZEMBRO DE 2021	44.471	-	24.010	5.170	25.179	-	98.830
Prejuízo líquido	-	-	-	-	-	(1.420)	(1.420)
Compensação de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.420)	1.420	-
Transferência entre reservas ⁽¹⁾	-	-	(24.010)	-	24.010	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.002)	-	(6.002)
31 DE DEZEMBRO DE 2022	44.471	-	-	5.170	41.767	-	91.408

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, com base na avaliação de seus consultores legais, a Companhia reclassificou o montante total anteriormente reconhecidos como "Reserva de incentivos fiscais" para a rubrica de "Retenção de lucros", pois a jurisprudência do STJ reconheceu a possibilidade de exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL baseado na infringência do pacto federativo, sem a exigência de constituição da reserva de lucro com finalidade específica.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Excelsior Alimentos S.A.
**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)**

	Notas	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro do exercício		(1.420)	6.992
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	21	5.052	4.820
Constituição de provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	5	106	107
Imposto de renda e contribuição social	8	9.374	(3.045)
Resultado financeiro líquido	19	39	(1.663)
Constituição (reversão) de provisão por valor realizável líquido dos estoques	6	189	(164)
Impactos tributários extemporâneos		-	(1.510)
Provisão para riscos processuais	16	930	842
		14.270	6.379
Varição em:			
Contas a receber		610	3.151
Estoques		(1.611)	166
Impostos a recuperar		9.613	3.611
Outros ativos circulantes e não circulantes		(122)	87
Fornecedores e fornecedores risco sacado		(17.247)	11.682
Outros passivos circulantes e não circulantes		(1.128)	(1.761)
		(9.885)	16.936
Variações em ativos e passivos operacionais			
Juros pagos		(1.539)	(140)
Juros recebidos		247	396
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.354)	(91)
Pagamento de contingências		(1.180)	(725)
		559	22.755
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições de ativo imobilizado	10	(4.039)	(29.564)
Recebimento pela venda de imobilizado	10	27	124
Adições de ativo intangível		-	(22)
		(4.012)	(29.462)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos captados	13	20.000	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	13	(10.000)	-
Pagamentos de arrendamento mercantil	11,2	(1.857)	(2.657)
Dividendos pagos		(2.055)	(4.932)
		6.088	(7.589)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos			
Variação Líquida		2.635	(14.296)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10.909	25.205
		13.544	10.909
Transações não-caixa:			
		2022	2021
Novos contratos de arrendamentos		1.684	2.305
Estoques		404	-
Adições de ativo imobilizado		(404)	-
Dividendos declarados		6.002	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Excelsior Alimentos S.A.

**Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)**

	2022	2021
Receitas		
Vendas de mercadorias e produtos	237.573	219.527
Outras receitas operacionais líquidas	887	170
Constituição de provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	(106)	(107)
	238.354	219.590
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(88.899)	(91.100)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(52.571)	(43.140)
	(141.470)	(134.240)
Valor adicionado bruto	96.884	85.350
Depreciação e Amortização	(5.052)	(4.820)
Valor adicionado líquido produzido	91.832	80.530
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.623	3.025
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	96.455	83.555
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	25.546	25.899
Benefícios	6.262	4.487
FGTS	1.627	1.834
	33.435	32.220
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	30.069	13.827
Estaduais	24.800	25.560
Municipais	143	79
	55.012	39.466
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	4.565	1.456
Aluguéis	718	240
Outras	4.145	3.181
	9.428	4.877
Remuneração de capitais próprios		
(Prejuízo) lucro líquido	(1.420)	6.992
	(1.420)	6.992
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	96.455	83.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no Estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes. É líder nacional na produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

A aprovação destas demonstrações contábeis pela diretoria ocorreu em 22 de março de 2023.

2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os julgamentos também impactam o valor contábil durante o período corrente de determinadas receitas e despesas. Esses julgamentos incluem reconhecimento de receita, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos e mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Companhia.

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a. Imposto de renda e contribuição social - diferidos e correntes

A Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. O imposto de renda é estimado em conformidade com os regulamentos da jurisdição onde os negócios da Companhia são conduzidos, o que requer estimar a posição fiscal atual e avaliar as diferenças temporárias entre os valores utilizados para fins de tributação e os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis. Isto exige que a Companhia estime a exposição fiscal atual real e avalie as diferenças temporárias resultantes do tratamento diferente de certos itens para fins fiscais e contábeis.

Os cálculos de impostos diferidos referem-se às incertezas fiscais conhecidas e a utilização de julgamento é necessária para determinar a disponibilidade de lucro tributável futuro, na qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados por estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado de alimentos, além de premissas de crescimento da receita decorrente da atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados por variações do PIB (real), da inflação (IPCA), crescimento ou redução do setor de alimentos processados, entre outras.

Os impostos diferidos ativos são revisados a cada período de reporte e só são reconhecidos quando é provável que haja lucro tributável suficiente para sua compensação, baseado em lucros tributáveis projetados e, são limitados ao valor provável de sua realização. O valor contábil de um ativo fiscal diferido quando baixado é porque não é provável que existam lucros tributáveis suficientes para permitir que parte ou todo benefício do ativo diferido seja utilizado. A constituição é feita quando é provável que existam lucros tributáveis suficientes.

Os prejuízos fiscais apurados não expiram, entretanto, estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício.

Alterações em leis e alíquotas tributárias podem afetar os ativos e passivos fiscais diferidos registrados no futuro. A Companhia não acredita que haja uma probabilidade razoável de que haverá uma alteração material nos saldos reconhecidos, porém, no encerramento do exercício fiscal, a apuração pode resultar em um pagamento que seja significativamente diferente da estimativa atual dos passivos fiscais ou uma mudança na alíquota efetiva nas demonstrações contábeis, devido à complexidade destas incertezas fiscais. Um acordo legal desfavorável para a Companhia exigiria uma saída de caixa e poderia resultar em aumento na alíquota efetiva na apuração; um acordo legal favorável pode resultar em uma redução da alíquota efetiva na apuração.

A Companhia aplica as disposições do ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, em relação aos tratamentos adotados para a apuração dos tributos sobre o lucro que conflitam de alguma forma com as posições de tribunais superiores. Periodicamente, a Companhia avalia as posições fiscais assumidas em que exista incertezas sobre o tratamento fiscal adotado e, se necessário e aplicável, reconhece uma provisão.

b. Provisões de contingências

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Companhia utilize estimativas e premissas referentes às contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no exercício de reporte corrente. Em particular, as incertezas de natureza fiscal provenientes da legislação brasileira, requerem que a Companhia utilize certos julgamentos para a determinação de passivos fiscais e o resultado, quando da efetiva realização, pode divergir destas estimativas.

A Companhia está sujeita a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e previdenciária. A Companhia precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível, mas, não provável. Perdas avaliadas como possíveis, são demonstradas em notas explicativas. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada ou divulgada, visto que a divulgação neste caso, não é requerida.

2.2 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, sejam diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Nível 3 - os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

A Companhia reconhece as transferências entre os níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Transações e saldos em moeda diferente da moeda funcional

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

3.2 Receitas de contrato com clientes

A grande maioria das receitas da Companhia provém de contratos que se baseiam na ordem de um cliente pelos nossos produtos. As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, o preço da transação é mensurável de forma precisa e quando o controle sobre os bens vendidos é transferido para o cliente. A Companhia contabiliza um contrato, que pode ser verbal ou escrito, quando é aprovado e firmado por ambas as partes, os direitos das partes são identificados juntamente com as condições de pagamento, o contrato tem substância comercial e a exigibilidade é provável. Embora possa haver contratos gerais, o contrato só é estabelecido quando a ordem do cliente é aceita pela Companhia.

A Companhia avalia a transação para obrigações de desempenho distintas, que são as vendas dos seus produtos aos clientes. Cada obrigação de desempenho é reconhecida com base em um padrão de reconhecimento que reflete a transferência de controle para o cliente num determinado momento (localização do cliente), o que representa fielmente a transferência de controle e reconhecimento de receitas. Existem casos de retirada do cliente nas instalações da Companhia, caso em que o controle é transferido para o cliente nesse momento e a Companhia reconhece as receitas. As obrigações de desempenho da Companhia são normalmente cumpridas dentro de dias ou semanas após a aceitação da ordem.

A mensuração do preço da transação pode ser afetada por uma contraprestação variável, isto é, descontos, abatimentos, incentivos e o direito do cliente a devolver os produtos. Parte ou a totalidade do montante estimado da contraprestação variável é incluído no preço de transação, mas apenas na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no montante da receita acumulada reconhecida não ocorrerá quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Isto ocorre normalmente no ponto de expedição ou na entrega dos produtos, variando de cliente para cliente, de acordo com as condições de venda. No entanto, devido à natureza do nosso negócio, há uma contraprestação variável mínima.

Alocação do preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual, incluem a estimativa dos preços de venda individuais incluindo descontos e contraprestação variável.

3.3 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não concede benefícios de longo prazo, tais como: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iv) remuneração baseada em ações.

3.4 Subvenções governamentais

As subvenções para investimentos são concedidas pelos governos estaduais, a título de créditos presumidos e/ou outorgas de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, principalmente no estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no referido estado, tendo como principais compromissos o desenvolvimento industrial por meio de investimentos, revitalização, modernização das unidades existentes ou criação de plantas industriais e geração de emprego e renda. Uma subvenção governamental relacionada a crédito presumido de ICMS é reconhecida no resultado na rubrica "Receitas líquidas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

3.5 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente: (i) juros sobre empréstimos; (ii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iii) ganhos e perdas associadas às operações denominadas em moeda estrangeira.

3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevantes, os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- I. o montante a ser descontado;
- II. as datas de realização e liquidação; e
- III. a taxa de desconto.

3.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de custeio médio de aquisição ou produção.

3.8 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo nas condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens utilizados na substituição ou manutenção de bens que não aumentam a vida útil do bem são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é imediatamente baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Não houve perdas de valor recuperável no exercício de reporte corrente.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e à obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

3.9 Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece os ativos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, exceto para contas a receber de clientes que são mensuradas ao preço da transação e subsequentemente classificadas pelo custo amortizado.

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos e passivos financeiros e do modelo de negócio da Companhia para a sua gestão:

i. Custo amortizado: representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia consiste em manter ativos e passivos financeiros com a finalidade de receber os fluxos de caixa contratuais, que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente medidos utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a *impairment*. Os ganhos e perdas são reconhecidos quando o ativo é amortizado, modificado ou tem uma redução no seu valor recuperável. Nesta categoria, a Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e fornecedores risco sacado e empréstimos e financiamentos.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos contratuais e desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos no balanço quando existe um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve depender de eventos futuros e deve ser aplicável no decurso normal dos negócios e em caso de *default*, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.10 Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece provisões de perdas por redução ao valor recuperável de clientes sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito ou para outros títulos de dívida para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, casos em que são mensuradas as perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro mudou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e na avaliação de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte.

3.12 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa média dos empréstimos.

Na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a empresa utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas ao direito de uso de arrendamento mercantil está registrada como custo de depreciação. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses e/ou valores não relevantes.

3.11 Informações por segmentos

A Companhia considera os resultados operacionais por segmentos de forma consistente aos relatórios internos da Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e pela tomada de decisões estratégicas, conforme descrito na nota explicativa 23 - Segmentos operacionais.

3.12 Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações aos IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial.

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custo de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custo de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia está monitorando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- I. IFRS 17 – contratos de seguros;
- II. Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1); e
- III. Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8).

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Caixa e bancos	13.544	10.909
	<u>13.544</u>	<u>10.909</u>

A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, deduzidas de eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. O *aging* do contas a receber assim como a provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes e o ajuste a valor presente são apresentados a seguir:

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Duplicatas a vencer	22.517	20.138
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	402	152
De 31 a 60 dias	40	24
De 61 a 90 dias	45	21
Acima de 90 dias	445	389
Total duplicatas vencidas	932	586
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	(545)	(439)
Ajuste a valor presente - AVP ⁽¹⁾	(181)	(123)
	<u>22.723</u>	<u>20.162</u>

⁽¹⁾ A taxa de desconto mensal média utilizada para cálculo do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2022 foi de 1,42% (em 31 de dezembro de 2021 foi de 0,49%). A realização do ajuste a valor presente é reconhecida como um item redutor das receitas de vendas.

No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém, foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análise das operações dos clientes, que incluem referências as entidades de monitoramento de crédito e histórico do cliente.

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e também em relação à situação atual dos clientes. Uma provisão é registrada para créditos antigos e vencidos, considerando a probabilidade de perda com base na experiência histórica. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD), bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Saldo inicial	(439)	(632)
Adições	(106)	(107)
Baixas	-	300
Saldo final	(545)	(439)

6 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. No caso dos produtos acabados, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Mercadorias e produtos acabados	8.523	7.686
Matéria-prima	1.754	1.582
Almoxarifado	6.177	6.167
	<u>16.454</u>	<u>15.435</u>

A movimentação da provisão para ajuste de realização dos estoques, cuja contrapartida é lançada na rubrica de "Custo dos produtos vendidos", está demonstrada abaixo:

	<u>31.12.22</u>
Saldo Inicial	-
Adições	(189)
Saldo final	(189)

7 Impostos a recuperar

	31.12.22	31.12.21
ICMS	412	703
IRPJ e CSLL	-	182
PIS e COFINS ⁽¹⁾	10.171	18.336
Outros	6	8
	10.589	19.229
Desmembramento:		
Ativo circulante	10.457	379
Ativo não circulante	132	18.850
	10.589	19.229

⁽¹⁾ **PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição social para o Financiamento da Seguridade Social:** Refere-se a crédito não cumulativo incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos e a créditos provenientes da exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e Cofins. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante a compensação com outros impostos de âmbito Federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie.

8 Impostos de renda e contribuição social diferido e corrente

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do exercício e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos.

A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada período. A Companhia avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas entre a base fiscal e a contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas (e leis) efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do período corrente e espera-se que sejam aplicados quando imposto diferido ativo seja realizado ou o imposto diferido passivo seja liquidado.

Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como em estudos técnicos de viabilidade. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia. Impostos diferidos ativos são revistos em cada período de reporte e são reduzidos na medida em que não seja provável que os benefícios fiscais serão utilizados. Tais reduções são revertidas quando existe a probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros.

Nas demonstrações contábeis, o ativo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o passivo fiscal se houver o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e Companhia pretenda fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos e passivos diferidos são demonstrados a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	210	8.078
	210	8.078

Expectativa de realização do IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Companhia.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Companhia considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa a Companhia acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados, conforme abaixo demonstrado:

	31.12.22
Menos de 1 ano	459
Mais de 5 anos	522
Total	981

Benefícios de imposto de renda e contribuição social não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022, não encontram-se reconhecidos os benefícios relacionados aos prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados, por não haver projeções futuras de lucro suficientes para compensação de tais perdas, no montante de R\$ 38.748.

a) Composição dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.12.21	Reconhecido no Resultado	31.12.22
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social ⁽¹⁾	12.732	(11.751)	981
Provisão para contingência	199	(83)	116
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	176	(95)	81
Tributos com exigibilidade suspensa	343	35	378
PLR - Participação nos lucros e resultados	147	656	803
Faturamento não entregue	29	13	42
Ajuste a valor presente	14	63	77
Arrendamentos	25	(14)	11
Outros	647	253	900
Créditos decisões judiciais ⁽²⁾	(6.234)	3.055	(3.179)
Total Líquido	8.078	(7.868)	210

b) Reconciliação da alíquota do imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Resultado antes da tributação	7.954	3.947
Alíquota nominal	(34)%	(34)%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.704)	(1.342)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Subvenção para investimento - ICMS	3.761	3.674
Imposto diferido constituído e (não constituído) ⁽³⁾	(11.074)	549
Incentivo fiscal PIS/COFINS	217	213
Multas sobre infrações e/ou parcelamentos fiscais	(3)	-
Outras diferenças permanentes	429	(49)
Receita de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(9.374)	3.045
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.506)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.868)	3.045
	(9.374)	3.045
Alíquota efetiva	117,85 %	(77,15)%

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por meio do teste de recuperabilidade de prejuízos fiscais e base negativa, a Companhia baixou ativos diferidos constituídos no montante de R\$ 13.174, considerando que os lucros tributáveis futuros não estarão disponíveis para compensação de tais perdas. Adicionalmente, a Companhia constituiu ativos diferidos no montante de R\$ 2.100 em virtude da exclusão da atualização SELIC sobre os créditos tributários e compensou R\$ 677 de prejuízos fiscais e base negativa da base de cálculo do impostos de renda e contribuição social correntes apurados.

⁽²⁾ Impostos diferidos constituídos em virtude dos créditos provenientes da exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e Cofins.

⁽³⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$ 2.100 de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social em virtude da exclusão da atualização SELIC sobre os créditos tributários e baixou o montante de R\$ 13.174 de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social considerando que os lucros tributáveis futuros não estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

Subvenções governamentais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os valores de subvenção totalizaram R\$11.063 (R\$10.807 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos (clientes, fornecedores e adiantamentos), assim como as transações que influenciaram o resultado do período (receitas, compras e serviços tomados) relativas a operações com as partes relacionadas, decorrem principalmente da compra de insumos e prestação de serviços de armazenagem e transbordo em condições específicas firmadas entre as partes que seguem as diretrizes da Política de Transações com Partes Relacionadas do Grupo JBS. O detalhamento dos saldos com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	31.12.22		31.12.21	
	Cientes	Fornecedores / Adiantamento de clientes ⁽¹⁾	Cientes	Fornecedores / Adiantamento de clientes ⁽¹⁾
JBS Aves Ltda.	39	185	31	1.384
JBS S.A.	-	28	-	-
Seara Comércio Alimentos Ltda.	-	15	-	60
Seara Alimentos Ltda.	287	7.943	487	13.780
	326	8.171	518	15.224

⁽¹⁾ Adiantamento de clientes são totalizados na rubrica "Outros passivos circulantes".

	2022		2021	
	Compras mercadorias / Serviços tomados	Receitas vendas / Serviços prestados	Compras mercadorias / Serviços tomados	Receitas vendas / Serviços prestados
JBS Aves Ltda.	1.609	74	6.161	7
JBS S.A.	2.390	-	965	-
Seara Comércio Alimentos Ltda.	216	-	256	-
Seara Alimentos Ltda.	56.832	6.289	54.105	3.396
	61.047	6.363	61.487	3.403

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia não são remunerados. O valor agregado das remunerações fixas recebidas pelos serviços prestados nas respectivas áreas de competência referem-se exclusivamente ao Conselho Fiscal, e representam, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores de:

	2022		2021	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Benefícios de curto prazo	3	242	3	236
	3	242	3	236

10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são apresentados a seguir:

a) Composição do imobilizado

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.22	31.12.21
Imóveis	1 a 60 anos	44.660	(4.538)	40.122	14.765
Terrenos	-	7	-	7	7
Máquinas e equipamentos	1 a 30 anos	52.971	(21.969)	31.002	30.354
Instalações	3 a 30 anos	16.378	(2.615)	13.763	11.108
Equipamentos de informática	1 a 25 anos	1.569	(1.122)	447	386
Veículos	5 a 20 anos	30	(29)	1	13
Obras em andamento	-	405	-	405	28.336
Móveis e utensílios	1 a 25 anos	1.554	(456)	1.098	881
		117.574	(30.729)	86.845	85.850

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022, obtendo entendimento sobre a adequação das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

b) Movimentação do ativo imobilizado

	31.12.21	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.12.22
Imóveis	14.765	25.862	(12)	(493)	40.122
Terrenos	7	-	-	-	7
Máquinas e equipamentos	30.354	2.693	(1)	(2.044)	31.002
Instalações	11.108	3.204	(2)	(547)	13.763
Equipamentos de informática	386	288	-	(227)	447
Veículos	13	-	(12)	-	1
Obras em andamento ⁽¹⁾	28.336	(27.931)	-	-	405
Móveis e utensílios	881	327	-	(110)	1.098
	85.850	4.443	(27)	(3.421)	86.845

	31.12.20	Adições líquidas de transferências	Baixas	Depreciação	31.12.21
Imóveis	7.248	7.727	-	(210)	14.765
Terrenos	7	-	-	-	7
Máquinas e equipamentos	24.015	8.201	(124)	(1.738)	30.354
Instalações	3.853	7.582	-	(327)	11.108
Equipamentos de informática	220	319	-	(153)	386
Veículos	13	-	-	-	13
Obra em andamento	22.927	5.409	-	-	28.336
Móveis e utensílios	626	326	-	(71)	881
	58.909	29.564	(124)	(2.499)	85.850

⁽¹⁾ O saldo de obras em andamento representa os investimentos para ampliação, modernização e adequação da matriz, visando a maior produtividade e a segurança no processo produtivo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve a conclusão total de tais obras. Quando a obra é concluída e a operação destes ativos é iniciada, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir deste momento a depreciação dos bens.

11 Arrendamentos

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de edificações, máquinas e equipamentos e veículos.

11.1 Direito de uso de arrendamento

Os direitos de uso de arrendamento são apresentados a seguir:

	Vida útil dos ativos	Direito de uso	Amortização acumulada	Líquido	
				31.12.22	31.12.21
Imóveis	1 ano	3.154	(2.549)	605	586
Máquinas e equipamentos	1 ano	387	(284)	103	521
Veículos	1 a 3 anos	290	(108)	182	380
		3.831	(2.941)	890	1.487

Movimentação do direito de uso de arrendamento:

	31.12.21	Adição de contratos	Contratos encerrados	PIS/COFINS	Depreciação	31.12.22
Imóveis	586	1.317	-	(126)	(1.172)	605
Máquinas e equipamentos	521	120	(177)	(34)	(327)	103
Veículos	380	247	(308)	(12)	(125)	182
	1.487	1.684	(485)	(172)	(1.624)	890

	31.12.20	Adição de contratos	Contratos encerrados	PIS/COFINS	Depreciação	31.12.21
Imóveis	1.422	1.029	-	(177)	(1.688)	586
Máquinas e equipamentos	93	1.001	(188)	(37)	(348)	521
Veículos	415	275	-	(31)	(279)	380
	1.930	2.305	(188)	(245)	(2.315)	1.487

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

11.2 Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são apresentados a seguir:

	31.12.22	31.12.21
Arrendamentos a pagar	956	1.630
Ajuste ao valor presente	(35)	(70)
	921	1.560
Passivo circulante	817	1.274
Passivo não circulante	104	286
	921	1.560

Movimentação da provisão com arrendamentos:

	31.12.21	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Contratos encerrados	31.12.22
Arrendamentos a pagar	1.630	1.747	-	(1.857)	(564)	956
Ajuste ao valor presente	(70)	(63)	68	-	30	(35)
	1.560	1.684	68	(1.857)	(534)	921

	31.12.20	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Contratos encerrados	31.12.21
Provisão com arrendamentos	2.023	2.472	-	(2.657)	(208)	1.630
Ajuste ao valor presente	(111)	(167)	201	-	7	(70)
	1.912	2.305	201	(2.657)	(201)	1.560

As taxas de desconto anuais vigentes e utilizadas para o cálculo do valor presente dos arrendamentos e, conseqüentemente, para apropriação dos juros financeiros, em 31 de dezembro de 2022, estão entre 6,75% e 7,67% (5,77% e 10,07% em 31 de dezembro de 2021) em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos arrendamentos a pagar segue abaixo:

Vencimento	31.12.22	31.12.21
2023	-	253
2024	100	45
2025	8	-
Ajuste a valor presente	(4)	(12)
	104	286

12 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	31.12.22	31.12.21
Materiais e serviços	28.799	36.740
Ajuste a valor presente - AVP	(337)	(158)
	28.462	36.582
Fornecedores risco sacado ⁽¹⁾	1.634	7.867
	30.096	44.449

⁽¹⁾ A Companhia realiza operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no mercado interno. Em 31 de dezembro de 2022, as taxas médias de desconto nas operações de risco sacado desembolsadas pelos fornecedores junto as instituições financeiras são de 1,17% ao mês (0,62% ao mês em 31 de dezembro de 2021). Em decorrência do aumento da taxa de juros houve uma redução dos fornecedores de risco sacado. Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços e prazos praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preços e prazos praticados previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores. Adicionalmente, essa operação não trouxe qualquer outro ônus para a Companhia e todos os custos financeiros da operação ficam sob responsabilidade dos fornecedores.

13 Empréstimos e financiamentos

a) Composição de empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados abaixo. Não há saldos comparativos em 31 de dezembro de 2021.

Modalidade	Taxa média anual	Moeda	Juros	Vencimento Final	Circulante	Não Circulante
					Líquido	
					31.12.22	31.12.22
Em moeda nacional						
Cédula do Produto Rural - CPR	15,81%	BRL	CDI + 1,90% a.a.	2024	4.176	5.833
					<u>4.176</u>	<u>5.833</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Vencimento	31.12.22
2024	5.833
	<u>5.833</u>

b) Garantias e restrições contratuais ("covenants"):

A Companhia possui a garantia de aval junto à JBS S.A. e monitora todas as suas obrigações contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 até a data de aprovação destas demonstrações contábeis não foram identificados descumprimentos.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Passivos	
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(1.560)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos captados	(20.000)	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10.000	-
Pagamentos de arrendamentos	-	1.857
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>(10.000)</u>	<u>1.857</u>
Outras variações:		
Despesas com juros	(1.286)	466
Juros pagos	1.277	-
Transações não caixa	-	(1.684)
Total das outras variações relacionadas com passivos	<u>(9)</u>	<u>(1.218)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(10.009)</u>	<u>(921)</u>
		Passivos
		Arrendamentos
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>(1.912)</u>
Variações dos fluxos de caixa de financiamento:		
Pagamentos de arrendamentos		2.657
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		<u>2.657</u>
Transações não caixa		(2.305)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>(1.560)</u>

14 Imposto de renda e contribuição social a pagar e obrigações fiscais

Obrigações fiscais e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são apresentadas abaixo:

	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	4	5
ICMS a recolher	168	2.956
PIS e COFINS a recolher	627	1.036
Parcelamentos fiscais ⁽¹⁾	1.143	1.673
INSS a recolher	166	213
Outros	7	-
Subtotal	2.115	5.883
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	152	-
Total	2.267	5.883
Desmembramento:		
Passivo circulante	1.721	4.783
Passivo não circulante	546	1.100
	2.267	5.883

⁽¹⁾ Parcelamentos Fiscais (REFIS IV) - Em 2009, a Companhia decidiu aderir ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei 11.941/2009. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$1.143 (R\$547 no não circulante e R\$596 no circulante) é devido em 22 parcelas mensais, com juros baseados na taxa SELIC.

15 Obrigações trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são apresentadas abaixo:

	31.12.22	31.12.21
Salários e encargos sociais	4.109	1.911
Férias, 13º salário e encargos a pagar	2.469	2.055
IRRF sobre folha de pagamento	297	570
Outros	1.111	1.008
	7.986	5.544
Desmembramento:		
Passivo circulante	6.875	4.537
Passivo não circulante	1.111	1.007
	7.986	5.544

16 Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.22	31.12.21
Trabalhistas	198	569
Cíveis	14	12
Fiscais e previdenciários	128	-
Total	340	581

Movimentação das provisões para riscos processuais:

	31.12.21	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.22
Trabalhistas	569	787	(1.165)	7	198
Cíveis	12	15	(15)	2	14
Fiscais e previdenciários	-	128	-	-	128
Total	581	930	(1.180)	9	340

	31.12.20	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.21
Trabalhistas	400	689	(572)	52	569
Cíveis	10	153	(153)	2	12
Total	410	842	(725)	54	581

a) Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era parte em 77 (80 em 31 de dezembro de 2021) ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$9.158 (R\$8.579 em 31 de dezembro de 2021). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$7.067 (R\$5.673 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era parte em 11 (13 em 31 de dezembro de 2021) ações de natureza cível, envolvendo o valor total em discussão de R\$3.130 (R\$2.758 em 31 de dezembro de 2021). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de cobrança de responsabilidade contratual. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$2.962 (R\$2.555 em 31 de dezembro de 2021).

c) Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia era parte em 4 (1 em 31 de dezembro de 2021) ação de natureza fiscal e previdenciária envolvendo o valor total em discussão de R\$1.525 (R\$171 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$1.397 (R\$171 em 31 de dezembro de 2021).

d) Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais. O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 corresponde a R\$112 (R\$146 em 31 de dezembro de 2021).

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 por ações ordinárias (ON) e 2.375.293 ações preferenciais (PN).

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

Estatutária

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais e/ou reforçar o capital de giro da Companhia, bem como de subsidiar novos investimentos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Em virtude da reversão do saldo integral da reserva de subvenção da Companhia, a Administração propõe a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) no montante de R\$6.002, sendo R\$1,0994 por ação ordinária e R\$1,2093 por ação preferencial.

18 Receita líquida

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, conforme apresentado a seguir:

	2022	2021
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	251.154	231.195
	251.154	231.195
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(13.581)	(11.668)
Impostos sobre as vendas	(45.536)	(44.246)
	(59.117)	(55.914)
RECEITA LÍQUIDA	192.037	175.281

19 Resultado financeiro líquido

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais despesas e receitas financeiras:

	2022	2021
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	9	-
Juros Passivos ⁽¹⁾	(4.574)	(1.444)
Juros Ativos ⁽²⁾	4.623	3.025
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(97)	82
	(39)	1.663
Receita financeira	4.623	3.025
Despesa financeira	(4.662)	(1.362)
	(39)	1.663

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022, os Juros Passivos relacionam-se principalmente as despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.286, as despesas de juros de arrendamentos no montante de R\$ 68 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2021) e ao ajuste a valor presente de fornecedores e fornecedores risco sacado no montante de R\$ 2.905 (R\$ 1.086 em 31 de dezembro de 2021).

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2022, os Juros Ativos relacionam-se principalmente ao ajuste a valor presente de clientes no montante de R\$3.225 (R\$ 1.056 em 31 de dezembro de 2021).

20 (Prejuízo) lucro por ação

(Prejuízo) lucro básico e diluído:

O (prejuízo) lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do (prejuízo) lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pela quantidade total de ações. A Companhia não detém ações ordinárias diluidoras ou outros instrumentos conversíveis que possam ocasionar diluição do (prejuízo) lucro por ação, sendo assim, os valores do (prejuízo) lucro por ação são iguais no básico e diluído. A tabela a seguir reconcilia o (prejuízo) lucro aos montantes utilizados para calcular o (prejuízo) lucro por ação básico e diluído.

	2022	2021
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(1.420)	6.992
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	2.847	2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação ON - R\$	(0,2601)	1,2807
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação PN - R\$	(0,2861)	1,4088

21 Custos e despesas por natureza

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

Custo dos produtos vendidos	2022	2021
Custos de estoques, matéria prima e insumos	(126.480)	(120.784)
Salários e benefícios	(19.612)	(18.869)
Depreciação e amortização	(3.129)	(2.400)
	(149.221)	(142.053)

Despesas administrativas e gerais	2022	2021
Salários e benefícios	(2.447)	(3.911)
Honorários, serviços e despesas gerais	(1.126)	(1.432)
Depreciação e amortização	(14)	(15)
	(3.587)	(5.358)

Despesas com vendas	2022	2021
Salários e benefícios	(9.974)	(8.952)
Comissões	(3.779)	(3.379)
Fretes e outros	(14.477)	(11.683)
Propaganda e marketing	(870)	(801)
Impairment de ativos financeiros ⁽¹⁾	(404)	(107)
Depreciação e amortização	(1.909)	(2.406)
	(31.413)	(27.328)

⁽¹⁾ Refere-se às adições, baixas e perdas efetivas de contas a receber de clientes.

22 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*. Para cada uma dessas unidades, a Administração analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes reportáveis: processados resfriados e congelados.

O segmento de resfriados é representado pelos produtos: apresuntado, presunto, queijo, fatiados cozidos, linguiça defumada, linha light, mortadela, pão de alho, patês e salsichas. O segmento de congelados é representado pelos produtos: hambúrguer, linguiça frescal, linha festa, petiscos, pizzas, pratos prontos, sanduíches e vegetais.

A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro operacional.

Não há receitas provenientes das transações com um único cliente externo que representem 10% ou mais das receitas totais.

A Administração da Companhia definiu os seguintes segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas:

	Total de ativos		Lucro operacional	
	2022	2021	2022	2021
Processados resfriados	124.662	137.613	6.557	1.943
Processados congelados	27.309	24.140	1.436	341
	151.971	161.753	7.993	2.284

	Receitas líquidas		Receitas e despesas financeiras	
	2022	2021	2022	2021
Processados resfriados	157.528	149.122	(32)	1.415
Processados congelados	34.509	26.159	(7)	248
	192.037	175.281	(39)	1.663

A Companhia também apresenta o total de ativos e as receitas líquidas por área geográfica. As aberturas de receitas líquidas estão sendo apresentadas conforme região para a qual a mercadoria é vendida demonstrando assim, os mercados onde os produtos são comercializados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Total de ativos por área geográfica		Receitas líquidas por área geográfica	
	2022	2021	2022	2021
Rio Grande do Sul	125.609	132.082	158.725	143.128
Santa Catarina	18.687	22.140	23.614	23.992
Paraná	4.961	5.701	6.269	6.178
Outros	2.714	1.830	3.429	1.983
	151.971	161.753	192.037	175.281

23 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

	Notas	31.12.22	31.12.21
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e bancos	4	13.544	10.909
Contas a receber de clientes	5	22.723	20.162
Total		36.267	31.071
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	12	28.462	36.582
Fornecedores risco sacado	12	1.634	7.867
Empréstimos e financiamentos	13	10.009	-
Dividendos declarados		47	2.102
Total		40.152	46.551

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas	31.12.22		31.12.21	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	Ativos financeiros a custo amortizado e outros passivos financeiros	Nível 2	Ativos financeiros a custo amortizado e outros passivos financeiros	Nível 2
Ativos financeiros não mensurados a valor justo				
Caixa e bancos	4	13.544	13.544	10.909
Contas a receber de clientes	5	22.723	22.723	20.162
		36.267	36.267	31.071
Passivos financeiros não mensurados a valor justo				
Fornecedores	12	(28.462)	(28.462)	(36.582)
Fornecedores risco sacado	12	(1.634)	(1.634)	(7.867)
Empréstimos e financiamentos	13	(10.009)	(11.323)	-
Dividendos declarados	16	(47)	(47)	(2.102)
		(40.152)	(41.466)	(46.551)
		(3.885)	(5.199)	(15.480)

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito, liquidez e riscos ligados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade. Tais exposições são controladas seguindo as diretrizes traçadas pela Administração.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência a tais limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Companhia monitora os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas suas diversas áreas e também propõe estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A seguir são apresentados os riscos e operações que a Companhia está exposta. Adicionalmente, também é apresentada uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no resultado financeiro, de possíveis alterações (25% a 50%) nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a) Risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes e ao caixa e equivalentes de caixa. No caso do contas a receber, a diversificação da carteira contribui significativamente para a redução do risco de crédito, contudo a Companhia estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando as medidas financeiras e operacionais, apoiada por consulta a agências de monitoramento de crédito. O *impairment* destes ativos financeiros é realizado com base em análises de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis e, em alguns casos, referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falham no cumprimento do limite de crédito estabelecido, irão operar somente em base de pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável de clientes, que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	31.12.22	31.12.21
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.544	10.909
Contas a receber de clientes	5	22.723	20.162
		36.267	31.071

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá incorrer para cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital, tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos em suas operações.

A administração da liquidez da Companhia é feita levando em consideração, principalmente, o indicador de liquidez seca, representado pelo nível de disponibilidades dividido pela dívida de curto prazo. É mantido também o foco na gestão da alavancagem geral da Companhia. Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	13.544	10.909
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	4.176	-
Indicador de liquidez seca	3,24	-
Indicador de alavancagem (x)	-0,3 x	-1,5 x

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

	Nota	31.12.22		
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	12	28.462	-	28.462
Fornecedores risco sacado	12	1.634	-	1.634
Empréstimos e financiamentos	13	4.176	5.833	10.009
Juros estimados sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	13	1.328	247	1.575
Dividendos declarados	-	47	-	47
Arrendamentos a pagar	11.2	100	8	108
		35.747	6.088	41.835
				31.12.21
	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Fornecedores	12	36.582	-	36.582
Fornecedores risco sacado	12	7.867	-	7.867
Dividendos declarados	-	2.102	-	2.102
Arrendamentos a pagar	11.2	253	45	298
		46.804	45	46.849

⁽¹⁾ Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2022.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

c.1) Risco de moeda

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado a variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição a variações cambiais de moedas estrangeiras.

c.2) Risco de Taxa de juros

O risco da Companhia decorre das das operações de empréstimos e financiamentos atreladas ao CDI. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Exposição líquida de ativos e passivos á taxa CDI:

	Notas	31.12.22	31.12.21
Empréstimos e financiamentos	13	(10.009)	-
		(10.009)	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos dos juros (CDI). Os cenários consideram variações de 25% e de 50% respectivamente do CDI.

Exposição	Risco	Cenário atual ⁽¹⁾	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 25%		Cenário (III) Variação da taxa em 50%	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
CDI	Aumento	13,6500 %	13,5524 %	10	17,0625 %	(342)	20,4750 %	(683)

⁽¹⁾ Refere-se à taxa de 31 de dezembro de 2022, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (B3).

d) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e) Gestão de capital

A política da Administração é assegurar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os retornos possíveis e os níveis adequados de alavancagem. Neste contexto, monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida (total do passivo após dedução do caixa e equivalentes de caixa) dividida pelo patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	31.12.22	31.12.21
Total do Passivo Circulante e não Circulante	54.561	62.923
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(13.544)	(10.909)
(=) Dívida Líquida (A)	41.017	52.014
Total do Patrimônio Líquido (B)	97.410	98.830
Índice de alavancagem (A / B)	0,421 x	0,526 x

g) Garantias prestadas e garantias recebidas

A Companhia não possui garantias prestadas consideradas relevantes e possui aval de seus empréstimos e financiamentos concedido pelo controlador final JBS S.A.

h) Riscos ligados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Nas operações da Companhia, existem exposições inerentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou os dados e premissas destacados abaixo como principais riscos:

Mudanças estruturais e seus impactos nos negócios, tais como: (i) aspectos regulatórios e legais: regulamentação e legislação decorrente de autoridades brasileiras e/ou internacionais que incentivam a transição para uma economia de baixa emissão de carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentam o risco de processos legais e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, ainda que indireta, para a intensificação das mudanças climáticas; (ii) aspectos reputacionais: relacionado às percepções dos clientes e da sociedade em geral sobre a contribuição positiva ou negativa da Companhia para uma economia de baixa emissão de carbono.

24 Aprovação das demonstrações contábeis

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor PresidenteGuilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com InvestidoresFlavio Gomes Malnarcic
Diretor Administrativo e FinanceiroPatricia Hirano Diz
Contador CRC - 1SP-265232/O-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gilberto Tomazoni
Presidente do ConselhoJoanita Maria Maestri Karoleski
ConselheiroFlavio Gomes Malnarcic
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas do relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos durante o decorrer do exercício e considerando o relatório de auditoria do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul - RS, 22 de março de 2023.

Adrian Lima da Hora
Presidente do ConselhoDemetrius Nichele Macei
ConselheiroIsabel Paiva e Sousa Oliveira
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria da KPMG Independentes, sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Santa Cruz do Sul - RS, 22 de março de 2023.

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor PresidenteGuilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com InvestidoresFlavio Gomes Malnarcic
Diretor Administrativo e Financeiro